



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ECONOMIA**

Análise do nível de desenvolvimento econômico dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul: uma comparação entre índices de desenvolvimento econômico tradicionais (IFDM-G e IDH-M).

Ana Carolina Silva de Moraes

**DOURADOS – MS
2022**

Ana Carolina Silva de Moraes

Análise do nível de desenvolvimento econômico dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul: uma comparação entre índices de desenvolvimento econômico tradicionais (IFDM-G e IDH-M).

Trabalho realizado como exigência do componente curricular Pesquisa em Economia, do curso de Economia, junto à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob a supervisão e orientação do Prof. Dr. Adriano Renzi.

Prof. Dr. Adriano Renzi
(Presidente)

Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa
(Avaliador 1)

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel
(Avaliador 2)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M828a Moraes, Ana Carolina Silva De

Análise do nível de desenvolvimento econômico dos municípios do estado do Mato Grosso do Sul: uma comparação entre índices tradicionais (IFDM-G e IDH-M) [recurso eletrônico] / Ana Carolina Silva De Moraes. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Adriano Renzi.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desenvolvimento. 2. Crescimento. 3. Índices. 4. IFDM. 5. IDHM. I. Renzi, Adriano. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE/UFGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2021.2, RAEMF

**ANÁLISE DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO
GROSSO DO SUL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ÍNDICES
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TRADICIONAIS
(IFDM-G E IDH-M)**

Ana Carolina Silva de Moraes

Esta monografia, realizada via webconferência (Google Meet), foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof. Dr. Adriano Renzi
(Presidente)

Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa
(Avaliador 1)

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 06 de junho de 2022.

REGISTRO:
AB - 72/2022

RESUMO

O desenvolvimento econômico pode ser definido como o processo de aumento do produto interno, atrelado a mudanças estruturais ligadas a dimensão social, demográfica, institucional e ambiental. A análise do nível de desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros se faz importante para orientação de políticas públicas e/ou privadas, dessa maneira o trabalho objetivou analisar o nível de desenvolvimento econômico dos municípios do Mato Grosso do Sul por meio da comparação entre dois índices de desenvolvimento econômico (IDH-M e IFDM-G) buscando observar se existe e qual o grau de divergência em termos de classificação entre os dois índices. Por meio da classificação dos dois índices através de uma metodologia de categorização, comparação entre eles por meio dos coeficientes de Spearman e tau de Kendall por meio do software SPSS, e análise do desvio padrão podemos evidenciar que existe sim uma divergência na classificação dos municípios, mostrando que a escolha de um dos índices como referência na elaboração de políticas pode gerar resultados diferentes, e que o IFDM-G é um índice mais adequado para medir o desenvolvimento socioeconômico visto que sua metodologia possui maior capacidade de captar os aspectos presentes nas dimensões econômica e social decorrente da gama de variáveis utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE: IDHM, IFDM, Desenvolvimento Econômico, Políticas, Municípios.

ABSTRACT

Economic development can be defined as the process of increasing the domestic product, linked to structural changes linked to the social, demographic, institutional and environmental dimensions. The analysis of the level of economic development of Brazilian municipalities is important to guide public and/or private policies, in this way the work aimed to analyze the level of economic development of the municipalities of Mato Grosso do Sul through the comparison between two development indices (HDI-M and IFDM-G) seeking to observe if there is and what is the degree of divergence in terms of classification between the two indices. By classifying the two indices through a categorization methodology, comparing them through Spearman's and Kendall's tau coefficients through SPSS software, and analyzing the standard deviation, we can show that there is indeed a divergence in the classification of municipalities, showing that the choice of one of the indexes as a reference in the elaboration of policies can generate different results, and that the IFDM-G is a more adequate index to measure socioeconomic development since its methodology has a greater capacity to capture the aspects present in the economic dimensions and social resulting from the range of variables used.

KEYWORDS: IDHM, IFDM, Economic Development, Policies, Municipalities.

Sumário

SUMÁRIO	6
INTRODUÇÃO	7
REFERENCIAL TEÓRICO	8
1. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8
1.1 AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10
<i>A dimensão econômica</i>	10
<i>Renda e emprego</i>	11
<i>Distribuição da renda</i>	13
1.2 A DIMENSÃO SOCIAL	17
<i>Educação</i>	18
<i>Saúde</i>	20
1.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL	20
1.4 OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	25
OBJETIVO	31
OBJETIVO GERAL	31
OBJETIVO ESPECÍFICO	31
METODOLOGIA	31
PESQUISA DOCUMENTAL EM FONTES ESTATÍSTICAS	31
PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	31
DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA (DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO)	31
LOCAL E PARTICIPANTES	31
PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS	32
ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

O crescimento e desenvolvimento econômico são dois termos que por um longo período foram considerados como sinônimos, a definição do crescimento está relacionada ao aumento da produção de bens e serviços, enquanto o desenvolvimento está atrelado não somente ao crescimento econômico, mas também a mudanças estruturais que estão ligadas as dimensões social, demográfica, institucional e ambiental (SEN, 1999; 2000; BRESSER-PERREIRA, 2006a; 2006b; 2014).

Para Bresser-Pereira (2006b; 2014) o desenvolvimento econômico é o processo de acúmulo de capital e incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital, os quais podem levar ao aumento da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, isso pode proporcionar uma elevação dos salários e, por sua vez, dos padrões de consumo de uma sociedade.

Os indicadores socioeconômicos devem ser utilizados pelo governo como auxílio a criação de uma política pública para resolver algum problema social ou modernizar algum serviço, pois através da análise dos mesmos o governo sabe aonde deve trabalhar com mais urgência. Um indicador pode compreender informações para que o agente público possa realizar o monitoramento de determinada tarefa, programa ou atividade, possibilitando que após o monitoramento haja a manutenção ou correção do mesmo (DILÁSCIO, 2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)¹ e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM-G)² são empregados para medir o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros, abrangendo em suas metodologias as dimensões econômica e social, com variáveis representativas de aspectos da saúde e educação.

Esses índices são empregados para se analisar os municípios brasileiros. Por meio deles pode-se observar que, mesmo pertencendo a um mesmo território, os municípios apresentam valores diferentes, deixando evidente as possíveis heterogeneidades regionais no interior de um mesmo estado. Dessa maneira, o presente trabalho objetiva analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul por meio

¹ Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020)

² Criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018)

da comparação entre dois índices de desenvolvimento econômico tradicionais (IDH-M e IFDM-G), buscando dessa maneira observar se existe e qual é o grau de divergência em termos da classificação dos diferentes níveis de desenvolvimento dos 78 municípios presentes no estado³.

Em síntese, a principal contribuição deste trabalho foi evidenciar as diferentes classificações resultantes das divergentes categorizações apresentadas pelos dois índices utilizados para avaliar os 78 municípios sul-mato-grossenses. Esse fato indica que o IDH-M e o IFDM-G podem orientar diferentes políticas públicas e/ou privadas para diferentes regiões e, portanto, divergentes alocações de recursos com resultados distintos para os municípios avaliados.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico

As diferentes escolas de pensamento econômico tratam os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico de modo divergente. Segundo a escola clássica, da vertente ortodoxa⁴, o desenvolvimento econômico é utilizado como sinônimo de crescimento econômico, pois para eles os benefícios derivados do crescimento econômico seriam compartilhados pelos agentes produtores, segundo suas respectivas participações, e, desse modo, de forma justa, mas não igualitária (RENZI; HENZ; RIPPEL, 2019, p.67).

Para os adeptos dessa escola ortodoxa, o crescimento está associado aos aumentos de eficiência, advindos principalmente da especialização, em detalhe, a ideia é que quanto maior a demanda, maior os incentivos para a divisão do trabalho, no qual os indivíduos se especializam em uma tarefa específica, e, portanto, eleva-se o potencial ganho de produtividade do trabalho, além do que a especialização permite ainda ampliar as possibilidades de ganhos de comércio e de eficiência. Para os adeptos dessa vertente, o crescimento é entendido como o processo de aumento do produto (interno ou nacional) e, normalmente, é medido pela evolução do produto total, ou *per capita*, de um país ou setor (VELOSO et al., 2013).

³ No período analisado não existiam dados para o município de Paraíso das Águas o qual foi emancipado apenas em 2009 (IBGE, 2022).

⁴ Combina os métodos neoclássicos com a abordagem keynesiana da macroeconomia.

Diferentemente, para vertente heterodoxa⁵, o fenômeno do crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para uma região, ou país, apresentar evolução em termos de desenvolvimento econômico. Segundo tal vertente, o desenvolvimento econômico é um processo de mudança estrutural na economia, que implicam melhoria do bem-estar da população, na qual se manifesta através de um indicador dotado da capacidade de captar além do nível de renda *per capita*, as condições de desigualdade, educacionais, sanitárias, institucionais e ambientais. Em outras palavras, o crescimento econômico é meramente, definido e medido, a partir do aumento da renda *per capita*, enquanto o desenvolvimento econômico envolve mudanças estruturais as quais se transformam ao longo do tempo de modo a visar a sustentabilidade do modelo de produção capitalista (FREITAS; BACHA; FOSSATTI, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2014; RENZI, 2020).

Portanto, a ideia de crescimento econômico faz menção ao processo de metamorfose estrutural da economia e da sociedade, os quais ampliam os padrões de vida mediante progresso tecnológico e acumulação de capital nos processos de produção. Logo, o conceito de desenvolvimento econômico além de incorporar a ideia de crescimento econômico adiciona as dimensões sociais, político-institucionais e ambientais. Tal conceito pode ser entendido como resultante do crescimento econômico adicionado aos progressos obtidos nas variáveis que representam a qualidade de vida dos cidadãos (RENZI; HENZ; RIPPEL, 2019).

Na perspectiva novo-desenvolvimentista, em acordo com a vertente heterodoxa do pensamento econômico, o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos pode ser alcançado através de uma estratégia nacional, orientada para a promoção do progresso técnico, de novas técnicas de produção, da implantação de mecanismos nacionais de financiamento de investimentos, e de políticas redutoras de incertezas referentes ao mundo financeiro (DE PAULA, 2006). Em complementaridade, para Bresser-Pereira (2006a), o desenvolvimento econômico é o processo de acúmulo de capital e incorporação do progresso técnico, ao trabalho e ao capital, o que leva ao aumento da produtividade e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma sociedade.

⁵ Inclui a economia pós-keynesiana, marxiana, austríaca, entre outras.

Após apresentar as discussões realizadas em relação ao conceito desenvolvimento econômico, é necessário deixar evidente, assim como apresenta Santos et al. (2012), que o conceito de desenvolvimento econômico é dinâmico e vem sendo construído e aperfeiçoado ao longo do tempo nos moldes da sociedade analisada em cada momento histórico e sua análise não se limita somente a visão econômica, mas abrange outras dimensões importantes para aferir o bem-estar das pessoas.

1.1 As Dimensões do Desenvolvimento Econômico

Na subseção anterior foram discutidos os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico segundo as vertentes ortodoxa e heterodoxa. Nesta subseção serão apresentadas as dimensões do desenvolvimento econômico, as quais tratam das questões econômicas, ambientais e sociais.

A dimensão econômica

Após as discussões referentes a conceituação do desenvolvimento econômico pode-se perceber que tal conceito se originou, inicialmente, em trabalhos de economistas clássicos, tais como Adam Smith. Segundo esse autor o desenvolvimento de um país poderia ser alcançado quando os agentes econômicos conseguissem realizar seus próprios interesses, e ao procurar realizá-los promoveriam os interesses da sociedade. Esse mecanismo conhecido como *mão invisível* do mercado é caracterizado pelo conjunto de forças individuais operando para a realização da oferta e da demanda da sociedade. E, assim, o desenvolvimento smithiano acontece a partir da livre iniciativa dos agentes econômicos. A partir desse mecanismo pode-se promover o crescimento econômico garantindo-se o aperfeiçoamento do bem-estar social da nação em alguma magnitude (SMITH, 1996).

Para Keynes, o auto interesse não atua sempre em prol do interesse público, pois o mercado, além de ser falho na alocação de recursos e na promoção do pleno emprego, exclui os mais fracos, tanto empresas quanto trabalhadores. Ao se considerar que várias atividades no capitalismo dependem do encorajamento do ganho individual, cabendo ao auto interesse estabelecer o que será produzido, segundo tal autor, em determinadas situações o jogo das forças do mercado precisa ser refreado ou guiado. Na visão keynesiana, o Estado é uma instituição complementar ao mercado e tal perspectiva é dotada da capacidade de regular o nível concorrencial presente no mercado, além de ter influência sobre variáveis econômicas importantes como renda e emprego. Desse modo,

para os keynesianos a intervenção do Estado é um instrumento de política necessário em razão das imperfeições geradas e decorrentes da incapacidade de autorregulação do sistema de mercado (DE PAULA, 2006).

Em concordância com os keynesianos, o novo desenvolvimentismo propõe o Estado como um instrumento efetivo de ação coletiva da nação, permitindo que as nações futuras possam por meio dele buscar seus objetivos políticos (justiça social e liberdade) de desenvolvimento econômico. Nessa visão o Estado tem papel econômico fundamental para garantir o melhor funcionamento do mercado, possibilitando as condições para acumulação de capital e melhores condições sanitárias e educacionais. O Estado também pode promover a poupança forçada, investir em setores estratégicos, defender e garantir a concorrência, em outras palavras, o estado deve ser capaz de regular a economia e um sistema financeiro de modo a estimular a atividade produtiva (BRESSER-PEREIRA, 2006; DE PAULA, 2006).

Renda e emprego

A Revolução Industrial permitiu que as sociedades passassem a dispor de outras fontes energéticas além da terra, e no campo econômico a revolução alterou os parâmetros do crescimento econômico, ou seja, a partir dela o crescimento econômico se tornou uma condição permanente nas economias. A partir da industrialização a humanidade é inserida em um processo de crescente aumento dos padrões de vida, como consequência da multiplicação dos níveis de renda (VELOSO et al., 2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador pelo qual se pode aferir o nível de renda gerada no interior do território nacional e ele pode ser caracterizado como o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia em um dado período. Adicionalmente, esse indicador pode ser analisado na perspectiva da renda, em outras palavras, pela ótica da remuneração dos fatores de produção, para tanto afirma-se que a renda pode ser definida em categorias decorrentes da remuneração dos fatores de produção, as quais são denominadas: 1) salários: remuneração do fator trabalho; 2) lucros: remuneração da contribuição empresarial; 3) juros: remuneração das atividades relacionadas ao uso do capital financeiro e 4) aluguéis: remuneração referente a utilização dos fatores terra e do capital físico (NETO, 2013).

A partir dos processos de desenvolvimento e urbanização a renda é um importante fator para as análises socioeconômicas, isso porque ela pode expor um meio, mesmo que

parcialmente, para aferir a satisfação das necessidades e a distribuição referente aos indivíduos e famílias, pois quando se trata das diferenças de bem-estar, a renda é definida como elemento diferenciador, ao menos no que se refere ao consumo privado (SEN, 2000; 2017). Um marco importante para se avaliar a geração e distribuição de renda foi a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 1967. Essa pesquisa tem como objetivo avaliar as características da população coletando informações socioeconômicas e, portanto, fornecendo dados para se analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico. Adicionalmente, a pesquisa analisa também como a renda dos indivíduos, que possuem diferentes características, é afetada nos ciclos de crescimento e estagnação da economia. A importância da PNAD decorre do fato de que ela foi a principal base de dados para análise da evolução da distribuição de renda no Brasil (ROCHA, 2003).

A partir da teoria geral keynesiana pode-se dizer que a renda se relaciona com a geração de emprego através do fato de que ela pode possibilitar uma maior demanda. Essa maior possibilidade de nova demanda sinaliza aos empresários perspectivas favoráveis de ampliação nas vendas e, por conseguinte, uma tendência de se elevar o nível de emprego. Nesse contexto, a teoria keynesiana é desenvolvida e realiza uma descrição das relações entre a oferta e a demanda agregada, em que a oferta agregada, em parte, se relaciona com quanto os empresários esperam vender e o volume de emprego a ser contratado para cada quantidade de vendas, e a demanda agregada, em parte, se relaciona aos fluxos de gastos desejados pelos consumidores para cada nível observado de emprego. Dessa maneira se deixa evidente que quanto maior o nível de emprego mais os consumidores irão gastar com bens e serviços, dessa forma o nível de emprego é definido pelos empresários com base no quanto eles esperam vender (DAVIDSON, 2003).

Para a economia política, o trabalho ou emprego se define como fundamento do valor econômico, da geração de riqueza, como a produção de bens e serviços. O trabalho, pode ser definido também como um ofício ou ocupação econômica que é constituído por um conjunto de atividades específicas, concretas ou intangíveis, com vistas a fins especiais, e impulsiona um conjunto de recursos e instrumentos. Além disso, o trabalho pode ser executado em certas circunstâncias e em ambientes específicos. Logo, o trabalho é um ofício específico, uma ocupação ou uma profissão, implicando processos mais ou menos longos de aprendizagem e incorporação de valor aos bens produzidos (VARGAS, 2016).

Em conformidade com o conceito de trabalho ou emprego, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM-G) foi elaborado como um indicador no intuito de se monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Nesse índice a variável emprego é responsável por avaliar a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão de obra, essa variável retrata a conjuntura econômica avaliando o crescimento do mercado de trabalho, através da relação entre empregos criados e do estoque total de empregados no município (IFDM, 2018).

Distribuição da renda

A distribuição de renda tem sido um tema tratado pelas ciências sociais com significativa ênfase, o economista clássico David Ricardo (1982) evidenciou que o principal objetivo da economia era explicar como se distribuía o produto nacional, entre proprietários de terra, donos de capital e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários. Esse problema é denominado como “distribuição funcional da renda”. Sobre tal tema Smith (1996) considerava a distribuição de renda decorrente de um resultado das taxas naturais dos salários e lucros, onde os salários eram determinados pelas necessidades de subsistência dos trabalhadores e os lucros pela concorrência e pela produtividade.

Na teoria neoclássica, a qual se alinha os autores mencionados anteriormente, o capital e o trabalho são considerados fatores de produção e, em decorrência, a remuneração de cada fator resulta da sua correspondente participação no processo de produção, a qual é definida por meio de uma função de produção e essa, por sua vez, apresenta resultados a partir das produtividades marginais e dos preços relativos dos fatores (ZYLBERBERG, 2008).

Outro conceito ligado a distribuição da renda e que deve ser definido é a “distribuição pessoal da renda” o qual indica o fator trabalho como prioritário na determinação da distribuição da renda. O modelo neoclássico ilustra essa relação de determinação ao indicar que se a remuneração dos fatores é determinada pela produção dos mesmos, o acúmulo de conhecimento tende a ampliar a produtividade do trabalho e, dessa forma, tal acúmulo pode elevar a remuneração do trabalho (HOFFMANN, 2001; ZYLBERBERG, 2008).

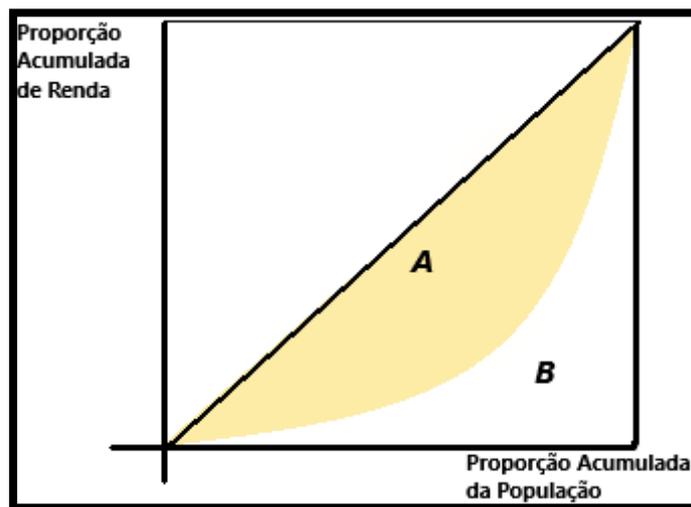
No Brasil, segundo Fonseca, (2004), o debate sobre a distribuição de renda foi evidenciado através de três grandes vertentes, a primeira defende que a distribuição de

renda é uma decorrência natural do desenvolvimento econômico, a versão mais conhecida dessa visão é atribuída a Delfin Neto, o qual diz que se deve primeiro crescer o bolo para depois distribuir. A segunda argumenta que a concentração de renda, a miséria e a exploração são características do sistema capitalista, e nada se poderia fazer a não ser a revolução, ou preparar o proletariado para fazê-la, qualquer proposta de redistribuição é vista como reformista em um sentido pejorativo. A terceira estabelece que a distribuição é um pré-requisito para o crescimento, invertendo a relação, e que a distribuição pode acontecer desde que se tenha prática política.

A análise da desigualdade da distribuição de renda no Brasil é um tema muito discutido no cenário atual e teve início após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970, o estudo da distribuição de renda se faz importante, pois tem a função de verificar se o crescimento está atingindo seus objetivos, pois a renda além de ser um resultado mais facilmente mensurável, é ainda considerada como um dos principais determinantes do bem-estar e do desenvolvimento econômico (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006).

A investigação da distribuição de renda entre os estratos populacionais também é relevante na medida em que avalia o quão desigual pode ser uma sociedade. Para tanto, o índice de Gini é um dos principais índices de desigualdade utilizados, ele é composto por um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde a completa igualdade e 1 corresponde a completa desigualdade, uma das vantagens de se utilizar o coeficiente de Gini é que ele é uma medida calculada por meio da razão, ao invés de ser uma variável que representa a maioria da população, como a renda *per capita* ou o Produto Interno Bruto, e por ser simples possibilita uma comparação da desigualdade entre economias em diferentes momentos históricos. O índice de Gini pode ser representado pela curva de Lorenz (IPECE, 2015).

Figura 2. Curva de Lorenz



Fonte: IPECE (2015).

A Curva de Lorenz representada pela figura 2, é uma curva que mostra como a proporção acumulada de renda varia em função da proporção acumulada da população. O coeficiente de Gini é a relação entre a área da desigualdade, indicada por “A”, e a área do triângulo, a perfeita igualdade é representada quando a área de 45° é a própria curva de Lorenz, e no caso de máxima desigualdade a Curva de Lorenz fica sobreposta ao eixo horizontal (IPECE, 2015).

Os países latino-americanos, tais como o Brasil, se destacam pela elevada desigualdade de renda. A explicação dessa má distribuição pode ser explicada, em parte, pela formação econômico-social dos países. Assim pode-se partir do passado colonial e escravocrata em que o uso da mão de obra escrava impediu a criação de um mercado de trabalho assalariado, o qual possibilitasse à apropriação de renda pela força de trabalho. Outro fator que deve ser levado em consideração é que com o início da industrialização a região sudeste, que representava o centro dinâmico da economia em razão do cultivo e exportação do café, com o acúmulo de capital passou a ser a maior beneficiária do crescimento econômico, diferentemente as outras regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no início do século XXI, ainda perduraram os traços da relação colonial e escravocrata mencionados (MEDEIROS, 2003; HOFFMANN, 2001).

O elevado grau de desigualdade de distribuição de renda no Brasil apresenta como principal determinante a pobreza, pois apesar do país possuir uma renda *per capita* relativamente elevada, nos últimos 20 anos manteve cerca de 40% da população abaixo da linha da pobreza. Dados levantados do período de 1970 a 1999, mostram que apesar de se observar uma melhora na distribuição no final da década de 80, o elevado grau de

desigualdade se manteve estável e acompanhou a sociedade brasileira durante todos esses anos, entre os anos de 1986 e 1989 pode-se observar um crescimento acelerado da desigualdade. Outro fato que deixa evidente a grande desigualdade de distribuição presente nesse período é que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias, enquanto os 50% mais pobres se apropriam de apenas 10% dessa renda (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001).

Apesar da desigualdade brasileira estar entre as mais altas do mundo, ao avaliá-la internamente pode-se observar que entre os anos 2001 e 2011 houve uma expressiva redução dela. De acordo com a PNAD, a desigualdade de renda caiu significativamente a partir de 2001 e atingiu em 2011 o menor nível de desigualdade desde os registros nacionais iniciados em 1960. Neste período determinado a renda do trabalho teve a maior contribuição para a queda da desigualdade e 60% da queda do índice de Gini ocorreu em razão do mercado de trabalho ter se tornado menos desigual (IPEA, 2012).

Pode-se encontrar na literatura teorias que têm o objetivo de analisar a desigualdade de renda, elas podem ser divididas em dois grupos: a primeira discute as características dos trabalhadores e a outra analisa a estrutura do mercado de trabalho. Em relação ao primeiro grupo se destaca a teoria do Capital Humano, a qual diz que as variáveis relevantes para formação do capital humano estão relacionadas à educação e aos aperfeiçoamentos da força de trabalho, tais como treinamentos ou capacitações, realizados no âmbito e para suprirem demandas relacionadas às tarefas desempenhadas no posto de trabalho, pois eles interferem na produtividade e, por conseguinte, no crescimento da economia.

O segundo grupo faz referência a teoria da Discriminação do Mercado de Trabalho a qual diz que os grupos com habilidades produtivas iguais, não recebem remunerações iguais. Em relação a esse grupo se destaca a teoria do Mercado Dual a qual diz que o mercado interno (formal) possui algumas vantagens e direitos como promoções e estabilidade. Em contraste, o mercado externo (informal) não oferta tais vantagens, assim, os trabalhadores do mercado interno ficam mais motivados e reduzem a mobilidade externa. Dessa forma, um dos motivos que contribuem para explicar os grandes diferenciais de rendimento é essa divisão no mercado (CAMPOS; SANTOS, 2019).

No Brasil o aumento na desigualdade de distribuição da renda pode ser explicado, em parte, pela inflação alta, desestruturação do mercado de trabalho, queda dos salários e crescimento do emprego na área de serviços, em detrimento aos empregos industriais.

Portanto, a origem da desigualdade passa a focar em estudos relacionados à educação como um fator crucial para ajudar a explicar o grau de desigualdade nos rendimentos da população. Além disso, com o intuito de reduzir a desigualdade, foram criados os programas de transferência de renda, tal como o Bolsa família criado em 2003, que objetiva beneficiar famílias em situação de extrema pobreza e, dessa forma, possibilitar que tais famílias possam melhorar economicamente e, portanto, consigam superar essa condição de vulnerabilidade (ZYLBERBERG, 2008).

1.2 A dimensão social

A teoria econômica ortodoxa tendia a enfatizar o crescimento econômico como principal fator no desenvolvimento econômico e humano das nações. No entanto, observou-se que os acréscimos no produto e na renda total podem não ser refletidos integralmente na promoção do desenvolvimento humano, ou seja, como o crescimento econômico pode não ser linear nem proporcional e, portanto, afetar a qualidade de vida populacional com diferentes resultados (OLIVEIRA, 2002).

As pessoas e seu nível de vida estão se tornando o propósito final do desenvolvimento, pois é mais importante saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma moradia digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita manter uma família, do que saber simplesmente qual foi a variação do PIB do período anterior (PROGRAMA..., 1996, apud OLIVEIRA, 2002).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado em 1965 e é considerado o principal órgão da ONU para analisar o desenvolvimento econômico e humano das nações, atuando junto com os países na procura de soluções para os desafios do desenvolvimento em seus diferentes níveis. O PNUD foi responsável por apresentar o conceito de Desenvolvimento Humano a partir da publicação do relatório de desenvolvimento humano em 1990, o qual após a sua primeira publicação passou a ser publicado anualmente (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

Os relatórios de desenvolvimento humano são as principais plataformas do PNUD desde o seu lançamento, eles apresentam dados de grande importância sobre as dimensões do desenvolvimento dos países e promovem debates e análises sobre temas sensíveis a área. Esses relatórios abrangem temas sobre as relações entre estado e desenvolvimento humano sustentável, além de discutir as formas de ação estatal em assuntos relacionados à promoção da infraestrutura e ao fornecimento de serviços básicos. Uma das dimensões

prioritária para o desenvolvimento que foi destacada no relatório é a social. Nesta dimensão se realça a importância da realização de políticas voltadas a uma rede de proteção social na qual se propuseram questões relacionadas à adoção de programas voltados ao combate da desnutrição ou a universalização do acesso a serviços gratuitos de educação e saúde (VELASCO JÚNIOR; NEVES, 2019).

Para a PNUD (2013), o desenvolvimento humano focaliza a análise no indivíduo. Isso porque para que se tenha um avanço na qualidade de vida das pessoas, se faz necessário ir além do viés econômico. Dessa forma, o desenvolvimento humano considera a perspectiva da formação de capacidades humanas (como, por exemplo, a melhoria do nível de saúde) e em relação a como as pessoas fazem uso dessas capacidades (lazer, atividades produtivas) (SEN, 2000, 2017).

O conceito de desenvolvimento humano não restringiu a importância da dimensão econômica tradicional, mas o aspecto econômico passou a considerar a avaliação sobre a vida dos indivíduos, em detalhe, não faz sentido falar de crescimento econômico sem se tratar da participação na renda gerada pelas pessoas e, portanto, como elas se beneficiam dessa participação. Desse modo, ao considerar a dimensão humana se faz necessário que as questões econômicas sejam avaliadas e discutidas em termos de suas consequências para as pessoas (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

O relatório publicado em 1990, além de ter sido responsável por conceituar o desenvolvimento humano, apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice foi idealizado pelo economista Mahbub ul Haq com a colaboração e inspiração no pensamento de Amartya Sen. O IDH foi adotado como a medida do grau de desenvolvimento humano de um país e abrange três importantes dimensões: a oportunidade de se levar uma vida saudável – saúde; ter acesso a conhecimento – educação; e, por fim, poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda (PNUD, 2013).

Educação

Como citado anteriormente a educação é um componente do IDH e, segundo ele, o conhecimento pode ser visto como um determinante para o bem-estar, além de ser necessário para o exercício das liberdades individuais, autonomia e autoestima. A educação amplifica as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro, possibilitando dessa forma uma expansão dos horizontes e das perspectivas de vida (PNUD, 2013; SEN, 1999; 2017).

De acordo com os relatórios de desenvolvimento humano, os avanços educacionais devem estar no centro do combate as muitas privações, além de que esses avanços são refletidos nas demais áreas. Segundo os relatórios, as melhorias nas áreas política e social dependem da universalização do ensino básico, pois melhorias na renda, no trabalho, na participação política, na expansão democrática e ao acesso à saúde, advém do avanço da educação. Dessa forma foram evidenciados que a educação tem um importante papel no combate às desigualdades, pobreza, e ao desemprego (REZENDE, 2012).

De acordo com a teoria do capital humano o bem-estar dos menos favorecidos depende principalmente do conhecimento, para essa teoria em questão as habilidades são inatas ou adquiridas e devem ser aperfeiçoadas por meio de ações específicas que levem ao enriquecimento do capital intelectual. Desta maneira, cada pessoa pode aumentar seu conhecimento através de investimentos voltados à formação educacional e profissional, em consequência, o aumento do capital humano pode elevar as taxas de produtividade do trabalho. Essa teoria deixa evidente que os investimentos dos indivíduos em formação educacional (regular ou profissional) têm influência positiva sobre o crescimento econômico. Portanto, a educação é tida como um investimento básico e ocupa um papel central no conceito de capital humano, isso porque é considerada uma forma de criar força de trabalho e, por sua vez, potencializar a capacidade humana de produzir novos produtos e processos de produção (CABRAL, SILVA, SILVA, 2016).

Em complementaridade, o capital humano ocupa um papel importante nos modelos de crescimento econômico, pois o aumento da produtividade do trabalho contribui para minimizar os rendimentos decrescentes advindos do capital físico. Além disso, considerando que os ganhos de produtividade da divisão social do trabalho têm um limite, o investimento em capital humano gerador de qualificação educacional, e os decorrentes ganhos de bem-estar social, possibilita transpassar os limites inicialmente impostos pelo capital físico e, em conjunto, possibilitar a elevação da renda futura das gerações futuras. Essa conjunção de ações tende a resultar em maiores taxas médias de crescimento econômico, ou seja, o investimento em capital humano contribui para a acumulação de capital e melhoram a renda pessoal dos trabalhadores via ganhos de produtividade (VIANA; FERRERA DE LIMA, 2010).

Por fim, outro ponto relevante relacionado ao investimento em educação decorre do possível aumento do número de inovações. Isso porque a inovação está intimamente

ligada ao processo e ao nível educacional das pessoas e, portanto, a inovação é outra forma de ampliar a produtividade dos fatores de produção também relacionada, e na maioria das vezes oriunda, da dimensão educacional (FONSECA, 2012).

Saúde

A saúde é um componente presente tanto no IDH-M, quanto no IFDM saúde, no IDH-M a saúde é representada através da longevidade, visto que por meio da garantia de um ambiente mais saudável as pessoas, com acesso a saúde de qualidade, há possibilidade de se viver plenamente e atingir um padrão mais alto de saúde física e mental (PNUD, 2013).

A dimensão saúde está inserida no conceito de capital humano. Dessa forma, a tal dimensão é parte importante para explicar o processo de desenvolvimento econômico das regiões e, principalmente, o hiato de desigualdade entre elas. Nesse sentido, a importância da dimensão saúde, e sua interconexão com a dimensão educação são fundamentais para se compreender os mecanismos pelos quais essas duas dimensões proporcionam o aumento da produtividade do trabalho e os possíveis desdobramentos sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (HOWITT, 2005; CUNHA; HECKMAN; SCHENNACH; 2010).

A dimensão saúde é um fator importante para se avaliar a qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto, o risco de óbito e as doenças são elementos relevantes na constituição das capacidades humanas e determinantes para o comportamento humano. Em consequência, em tese, maiores investimentos em saúde podem produzir efeitos benéficos sobre o bem-estar das indivíduos. Nesse sentido, em países como o Brasil, as formas de se aperfeiçoar a saúde se relacionam diretamente com a participação da esfera pública. Isso porque as doenças infecciosas se constituem nas principais causas de problemas de saúde e óbito dos cidadãos brasileiros (BLOOM; CANNING, 2003).

1.3 A dimensão ambiental

Apesar da questão ambiental no processo de desenvolvimento ser muito ativa nas discussões atuais, deve-se destacar que ela foi abordada inicialmente por Thomas Malthus, o qual apresenta sua preocupação com o estrangulamento da produção de alimentos. Para tal autor a produção de alimentos crescia em progressão linear, enquanto o crescimento populacional crescia em progressão geométrica (SANTOS et al., 2012).

Em 1970 os autores do Clube de Roma resgataram a discussão de Malthus inserindo novos elementos, eles constataram que a natureza é finita, ou seja, o uso dos seus recursos naturais tem um limite, e como o crescimento econômico transcorre por meio do emprego desses recursos, existe, então, uma restrição física ao crescimento econômico (MONTEIRO, 2015).

Como evidenciou Oliveira (2002), a discussão do Clube de Roma tratou de novas questões, as quais dão ênfase a cinco temas de preocupação: a acelerada industrialização, o aumento da desnutrição, o ligeiro crescimento populacional, a deploração dos recursos naturais não renováveis e a degradação do meio ambiente. O objetivo principal da discussão dos temas mencionados era avaliar seus respectivos efeitos no longo prazo e como os problemas identificados podem afetar as gerações futuras, em decorrência, os debates foram direcionados para o caráter sustentável do desenvolvimento.

A economia ambiental neoclássica argumenta que os recursos naturais não representam um limite a expansão da economia no longo prazo. A disponibilidade de recursos pode ser uma limitação relativa, mas pode ser superada pelo progresso científico e tecnológico. Para essa corrente a carência de um determinado bem natural acarretaria o aumento do seu preço e, assim, com o surgimento de inovações torna-se possível poupar ou substituí-lo por outro recurso mais abundante (ROMEIRO, 2012).

Outro campo de estudo que trata da relação meio ambiente-economia é a economia ecológica. Nessa vertente não se pode rejeitar os fatores ecológicos que regulam o sistema natural, o qual é o fornecedor de matéria e de energia para o sistema econômico. Ao se considerar o fato de que os fluxos materiais e energéticos têm importância na análise do sistema econômico, tal vertente direciona seus estudos as duas primeiras leis da termodinâmica e sua relação com o âmbito econômico. A primeira lei se encarrega de afirmar que a base material sobre a qual o sistema econômico se desenvolve é finita, e dessa forma sua ampliação contínua não é possível, na segunda lei se deixa evidente o fato de que a escassez de recursos é algo inevitável no longo prazo. A economia ecológica recrimina o uso irresponsável dos recursos. Portanto, essa perspectiva inter-relaciona os aspectos ecológicos, sociais e econômicos os quais permitem a ela alicerçar a defesa do desenvolvimento econômico sustentável (ANDRADE, 2008).

A expressão “Desenvolvimento sustentável” refere-se a um conceito que vem sendo construído desde a segunda metade do século XX. Esse conceito tomou palco em

conferências mundiais referentes aos temas do meio ambiente e desenvolvimento, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao considerarem a preocupante evolução da ação humana sobre a natureza. Já em sua primeira edição, na conferência de Estocolmo em 1979, foram discutidos princípios relacionando o meio ambiente a promoção da equidade, a diminuição da pobreza e ao desenvolvimento social. Posteriormente, em 1983, a ONU criou a Comissão das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a liderança de Gro-Brundtland, que tinha como objetivo elaborar um estudo que pudesse integrar definitivamente meio ambiente e desenvolvimento (MONTEIRO, 2015).

Em 1987, a Comissão Brundtland publicou um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), conhecido como relatório Brundtland. Nesse relatório o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” foi usado pela primeira vez e foi definido como o desenvolvimento que atende as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem suas próprias necessidades. Os recursos naturais atuam no processo produtivo como matérias primas. Nele parte é transformada em produtos úteis e a outra parte se transforma em rejeitos, nesse sentido o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através da diminuição dos impactos sobre os recursos, como água e ar, por meio da redução na utilização dos recursos, ou pela redução na produção de rejeitos ou ainda por uma combinação de ambos. A busca por tais reduções tem o intuito de preservar o ecossistema e, dessa maneira, garantir o atendimento das necessidades e aspirações humanas presentes e futuras (BRUNDTLAND, 1987).

A partir de 1990 as questões ambientais ganharam maior ênfase nos fóruns mundiais, tais como a Conferência das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 e a conhecida como Eco-92, que se encarregou de inserir o conceito de desenvolvimento sustentável na arena política, complementando a atuação do relatório Brundtland o qual apresentou uma perspectiva científica. A conferência foi alvo de grande atenção por parte da sociedade, além de ter tido inúmeras participações, ao tratar dos temas ambiente e desenvolvimento a mesma proporcionou um amadurecimento conceitual do termo desenvolvimento sustentável, por meio da formação de metas e documentos, tais como a Agenda 21, que tinha o intuito de fazer com que as nações se comprometessem com a importância dos cuidados socioambientais. Na

conferência foram discutidos ainda assuntos ligados a distribuição de riquezas e a valorização política de mulheres, jovens e indígenas. (MONTEIRO, 2015).

Assim como foi tratado na Eco-92, a preocupação com o meio ambiente e sua degradação se fez presente em outras discussões, o fato de que a atmosfera é afetada de forma negativa com a poluição fez com que se desse uma maior atenção ao regime climático. No protocolo de Kyoto assinado em 1997 foi proposto a busca pela normalização, regulamentação e controle em escala transnacional das mudanças climáticas. Nesse protocolo um dos seus principais objetivos foi construir alternativas para a diminuição das emissões dos gases de efeito estufa (GEE) e, por tal objetivo protocolo reuniu os países que mais emitiam gás carbônico naquele período, buscando dessa maneira atribuir de forma justa a responsabilidade aos principais emissores (SOUZA; CORAZZA, 2017).

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 2005, nele foram estabelecidas metas com o intuito de firmar o comprometimento dos países desenvolvidos em diminuir 5,2% das emissões de Gases de Efeito Estufa com referência ao ano de 1990, no período entre 2008 e 2012, pois eles eram considerados os maiores responsáveis pelo efeito estufa. Desse modo, o Protocolo estabeleceu regras com o intuito de fazer com que tanto os países desenvolvidos, quanto os em desenvolvimento, assumissem compromissos como: desenvolver programas nacionais de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas; promover programas educacionais e de conscientização pública sobre a mudança do clima e seus prováveis efeitos (GODOY, 2010).

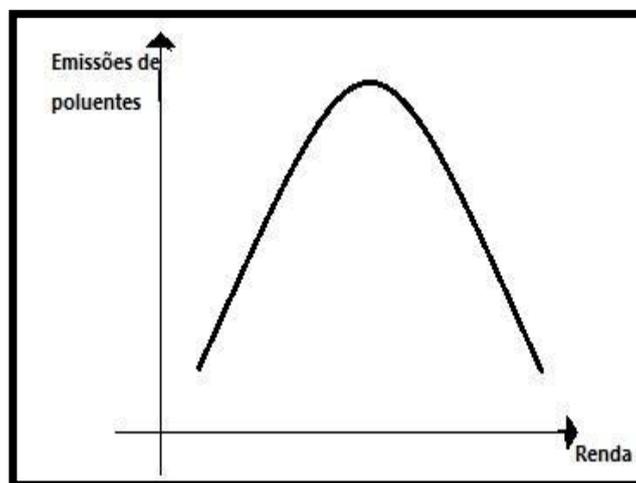
Diante da importância da preservação do meio ambiente e seus recursos, o debate referente a como o capital natural deve ser utilizado é refletido na diferenciação dos conceitos de sustentabilidade forte e fraca. A visão de que os avanços tecnológicos serão capazes de superar os problemas de ordem ambiental e econômica e de que o capital natural poderia ser perfeitamente substituído pelo capital produzido é conhecida como sustentabilidade fraca (ROMEIRO, 2012). Em complementaridade, na outra visão, conhecida como sustentabilidade forte, é explicitada através da economia ecológica, a qual considera o meio ambiente como uma restrição ao crescimento econômico e deixa evidente que as perdas de cunho ambiental não podem ser compensadas pelos benefícios financeiros (MIKHAILOVA, 2004).

Essa discussão que trata da substituição do capital natural por diferentes tipos de capital inerentes a abordagem mencionada da sustentabilidade forte e fraca é relevantes

para se decidir o quanto as riquezas naturais de um país podem ser utilizadas no presente sem comprometer as necessidades futuras. Esse fato se faz importante principalmente em países em desenvolvimento ou que dependem da exportação de recursos naturais, pois a partir do conceito de sustentabilidade que estão empregando podem fazer com que a utilização do capital natural seja acelerado ou retardada, e assim aumentar ou diminuir o risco de as gerações futuras alcançarem o mesmo nível de satisfação atual (RENZI; HENZ; RIPPEL, 2019).

Após as discussões anteriores ficou evidente que o desenvolvimento e o meio ambiente não podem ser dissociados e levando em consideração que, após a Revolução Industrial, o uso de combustíveis fósseis aumentou consideravelmente, aumentando assim as emissões na atmosfera, pode-se dizer que o crescimento econômico é responsável por uma parcela significativa da poluição produzida. Nesse sentido, com o intuito de demonstrar essa ideia, o conceito da Curva de Kuznets passou a ser utilizado para explicar a relação entre emissões de poluentes e renda, mostrando o impacto causado pelo processo de desenvolvimento econômico, ou seja, evidenciando que o crescimento econômico em um país está associado a um grande aumento nas emissões em razão da expansão das atividades produtivas (ÁVILA; DINIZ, 2015).

Figura 1. Curva de Kuznets



Fonte: Ávila, 2011.

A figura 1 mostra o formato de “U” invertido da curva, esse formato pode ser explicado através de duas etapas, a primeira etapa se refere a parte crescente da curva que reflete a transição de uma economia agrária para uma economia industrializada, ou seja, acontece uma grande quantidade de emissões por conta da crescente atividade produtiva.

A segunda etapa, que faz referência a parte decrescente da curva, mostra que a partir de um certo nível de renda, as emissões passam a ser cada vez menores, pois os indivíduos passarão a voltar suas prioridades para a preservação ambiental (ARRAES; DINIZ; DINIZ, 2006).

Para Panayotou (1997) não há razão para presumir que um crescimento mais rápido trará como resultado imediato na redução da poluição, pois as mudanças ambientais e sociais acontecem em velocidades diferentes, mudanças nas normas sociais são processos de adaptação lenta, a melhoria do meio ambiente em razão ao crescimento econômico não é automática, depende de políticas e instituições. Para tanto a atividade econômica tem influência sobre a qualidade ambiental por conta da intensa poluição, que é impulsionada pela escala e composição da atividade econômica, e sua diminuição é influenciada pela demanda e por fatores da oferta, no que diz respeito a demanda, com maiores níveis de renda as pessoas exigem maior qualidade ambiental para acompanhar sua prosperidade, em relação a oferta, poucos rendimentos significam que os indivíduos e países não podem arcar com muitas despesas referentes a redução da poluição.

Autores como De Bruyn et al. 1998 (apud CARVALHO; ALMEIDA, 2010, p. 590) acreditam que a Curva de Kuznets não se sustenta no longo prazo. E assim o formato de “U” invertido seria o estágio inicial da relação entre crescimento econômico e pressão ambiental, isso porque após certo nível de renda haveria um novo ponto de inflexão que faria a trajetória ficar ascendente novamente.

Por fim há evidências de que a evolução do desenvolvimento econômico de uma nação está fortemente relacionada com a dimensão ambiental, o desenvolvimento e o meio ambiente não podem ser dissociados.

1.4 Os índices de desenvolvimento humano municipal

O IDH-M e o IFDM são considerados os principais índices de desenvolvimento humano/e ou econômico que são empregados para medir o desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros, a metodologia de ambos utiliza as dimensões econômica e social, medidas através de variáveis ligadas a saúde e educação.

O IDH foi apresentado inicialmente em 1990 no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e foi adotado como medida do grau de desenvolvimento humano de um país. O IDH trata de três requisitos importantes para o aumento da liberdade dos indivíduos: a oportunidade

de se ter uma vida longa e saudável – saúde, ter acesso ao conhecimento – educação, e poder usufruir de um padrão de vida digno – renda. Dessa forma, a metodologia do IDH global foi adaptada para se calcular o IDH municipal (IDH-M), seguindo a metodologia do IDH global essa nova maneira de calcular o IDH-M vai além, pois mesmo medindo os mesmos fenômenos, utiliza indicadores que são mais adequados para medir o desenvolvimento dos municípios brasileiros. O IDH-M é composto por esperança de vida ao nascer – saúde, Renda Nacional Bruta *per capita* – renda, média dos anos de estudo das pessoas com 18 anos ou mais e expectativa de anos de estudo – educação, o índice varia entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano do município (PNUD, 2013).

O Brasil foi um dos precursores no processo de ajustamento da metodologia do IDH a realidade do país de acordo com sua disponibilidade de informações, dessa maneira o IDH-M se tornou referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico no recorte local, possibilitando uma análise clara da situação dos municípios. Podendo assim ser utilizado, por exemplo, como amparo aos gestores municipais em razão da sua proximidade com a realidade brasileira, além de ser também fonte de informações para os cidadãos e para as esferas públicas e privadas, contribuindo na definição de políticas públicas e investimentos nos municípios (BOHN; ERVILHA; DALBERTO, 2016).

Segundo Menezes e Possamai (2016), o IDH-M permite ainda que se possa observar os diferentes graus de desenvolvimento existentes no interior de um mesmo município, tendências a longo prazo, e alcançar os debates dos cidadãos médios uma vez que ele tem grande repercussão nos meios de comunicação.

O IDH-M é composto por indicadores que simplificam seu entendimento e que possibilitam a comparação histórica e espacial, ele trabalha com a projeção de que uma vida longa retrata que se tem acesso a instrumentos e estruturas que possibilitem a longevidade. Da mesma maneira, entende-se que o acesso à educação formal é fundamental para o desenvolvimento humano, mas o índice não permite avaliar a forma de ensino promovido nas escolas. Já para mensurar o padrão de vida, considerando países que apresentam altos índices de desigualdade, o indicador de referência de renda *per capita* do município resulta em uma média simples que deturpa a realidade, isso porque o Brasil apresenta um elevado nível de desigualdade não identificado pelo indicador mencionado. Um fato que deve ser ponderado é que os indicadores devem ser analisados

além de seu resultado, por exemplo, os indicadores de escolaridade que apresentam resultados a respeito do número de anos que as pessoas frequentam a educação formal não podem ser considerados como único argumento para o aumento da qualidade da educação, isso porque tal qualidade deve ser avaliada empregando outros fatores (ADÃO; SOUZA, 2020).

Após se discutir os aspectos metodológicos para aferir o IDH-M e seus limites em termos de capacidade para aferir o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Em 2008, o IFDM-G foi criado como o intuito de aprimorar a capacidade de aferir as esferas econômica, sanitária e educacional das municipalidades brasileiras. Dessa forma, o objetivo de tal índice é medir o desenvolvimento dos municípios brasileiros por meio de três importantes áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda – que trata da capacidade de geração do emprego formal e a absorção da mão de obra local, educação – em que capta a educação infantil ofertada e a qualidade da educação oferecida no ensino fundamental de escolas públicas e privadas, e saúde – em que avalia a saúde básica. O IFDM-G de um município representa em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local. Esse índice é composto pela média simples dos valores obtidos nas áreas Trabalho, Educação e Saúde, as quais estão disponíveis nas estatísticas públicas oficiais dos seus respectivos Ministérios, esse índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento local (IFDM, 2018).

O IFDM-G pode ser considerado como um guia para as pessoas e organismos públicos e privados na definição de políticas públicas e investimentos dentro dos municípios. Dessa forma, esse índice pode ser considerado representativo da conjuntura econômico-social num determinado momento histórico, fazendo com que os agentes se atentem para importância de determinadas políticas públicas que poder vir a contribuir para melhorar o bem-estar da população nas localidades avaliadas (ERVILHA; ALVES; GOMES, 2013).

Em complementaridade, segundo Brocco, Grando e Martins (2018), o IFDM permite a avaliação do desempenho de políticas públicas, pois ele parte da hipótese de que somente os fatores econômicos não são suficientes para medir o desenvolvimento socioeconômico do município. Dessa maneira, além de possibilitar orientação para políticas, ele ainda permite que se acompanhe o impacto das mesmas no desenvolvimento

dos municípios, fornecendo à sociedade uma ferramenta de cobrança democrática e transparente.

Quadro1 - Metodologia de cálculo dos índices IFDM e IDH-M

Renda		Educação		Saúde	
<p>IFDM Emprego e Renda = (IFDM Emprego * 50%) + (IFDM Renda * 50%)</p> <p>IFDM Emprego = (Indicador de geração do emprego formal * 14%) + (Indicador de ordenação entre negativos * 6%) + (Indicador de geração de emprego formal (Média trienal) * 14%) + (Indicador de ordenação entre negativos (Média trienal) * 6%) + (Taxa de formalização do mercado de trabalho * 60%)</p> <p>IFDM Renda = (Indicador de geração de renda * 14%) + (Indicador de ordenação entre negativos * 6%) + (Indicador de geração de renda (Média trienal) * 14%) + (Indicador de ordenação entre negativos (Média trienal) * 6%) + (Indicador de Massa salarial * 30%) + (Indicador de Gini * 30%)</p>	<p>IDH-M Renda = [ln (Renda <i>per capita</i> municipal) – ln (Valor mínimo de referência)] / [ln (Valor máximo de referência) – ln (Valor mínimo de referência)]</p>	<p>IFDM Educação = (Indicador de atendimento a educação infantil * 20%) + (Indicador de abandono no ensino fundamental * 15%) + (Indicador de distorção idade série * 10%) + (Porcentagem de docentes com ensino superior * 15%) + (Média de horas aula no ensino fundamental * 15%) + (Notas do IDEB no ensino fundamental * 25%)</p>	<p>IDH-M Educação = [(Porcentagem da população adulta com ensino fundamental completo) * (Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola) + (Porcentagem de crianças de 11 a 13 anos com ensino fundamental completo) + (Porcentagem de crianças 15 a 17 anos com ensino fundamental completo) + (Porcentagem de 18 a 20 anos com ensino médio completo) / 4 * (Valor da equação anterior novamente)]^{1/3}</p>	<p>IFDM Saúde = (Proporção de atendimento adequado de pré-natal * 25%) + (Óbitos por causas mal definidas * 25%) + (Óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis * 25%) + (Internações sensíveis a atenção básica * 25%)</p>	<p>IDH-M Longevidade = (Esperança de vida ao nascer no município) – (Valor mínimo) / (Valor máximo) – (Valor mínimo)</p>

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN (2018) e PNUD (2013).

Quadro 2 – Componentes dos índices IFDM e IDH-M

Dimensões					
Renda		Educação		Saúde	
IDH-M	IFDM-G	IDH-M	IFDM-G	IDH-M	IFDM-G
<p>Renda é medida através da renda municipal mensal <i>per capita</i>, ou melhor, a renda média mensal dos indivíduos de um determinado município, ela é obtida através da soma da renda de todos os residentes e dividida pela quantidade total de habitantes do município.</p>	<p>Renda compõe 50% do IFDM emprego e renda. Essa dimensão é responsável por acompanhar a geração de renda e como ela é distribuída no mercado de trabalho municipal, ela é composta pelas variáveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Geração de renda – que mede o crescimento do salário médio mensal em comparação ao ano anterior; 2) Geração de renda: Média trienal – que avalia a evolução salarial local; 3) Massa salarial real no mercado de trabalho formal – que analisa como o município contribui para a economia e sua capacidade de gerar renda por meio do emprego formal; 4) Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal – que mede a desigualdade indicando o grau de concentração de renda de um certo grupo da população. 	<p>Obtido através da combinação de dois indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Média dos anos de estudo da população com 18 anos ou mais que é medido pelo percentual de pessoas com essa idade que possuem o ensino fundamental completo. 2) Fluxo escolar da população jovem, que é medido através da média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos que frequentam a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos que frequentam os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com o ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com o ensino médio completo. 	<p>Composto por seis indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimento a educação infantil – número de matrículas em creches e pré-escolas e número de crianças de até 5 anos de idade; 2) Abandono no ensino fundamental; 3) Distorção idade-série no ensino fundamental – verifica a quantidade de alunos que está cursando uma série com uma idade superior à prevista; 4) Docentes com ensino superior no ensino fundamental; 5) Média de horas-aula diária no ensino fundamental; 6) Resultado do IDEB do ensino fundamental. 	<p>Medido pela expectativa de vida ao nascer que é calculado através de dados dos Censos do IBGE, esse indicador evidencia a média de anos que uma pessoa nascida em um determinado município irá viver a partir do nascimento, mantendo os padrões de mortalidade.</p>	<p>É focado na saúde básica e seus indicadores são de competência municipal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Proporção de atendimento adequado de pré-natal – O Ministério da Saúde estabeleceu 6 como o número mínimo de consultas de pré-natal e dessa maneira o percentual de gestantes com 7 ou mais consultas mede o grau de cobertura do atendimento pré-natal no município; 2) Óbitos por causas mal definidas – que reflete a disponibilidade de assistência médica prestada e as características de preenchimento da declaração de óbito; 3) Óbitos por causas evitáveis – mede o impacto dos serviços de saúde evidenciando a qualidade prestada; 4) Internações sensíveis a atenção básica – mostra as condições em que se poderia ter evitado a internação hospitalar se o serviço de saúde básica fosse efetivo e de fácil acesso, permitindo assim identificar problemas de acesso a atenção básica.

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN (2018) e PNUD (2013).

OBJETIVO

Objetivo Geral

O trabalho objetiva analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul em 2010 por meio da comparação entre dois índices de desenvolvimento econômico (IDH-M e IFDM-G), buscando dessa maneira observar se existe e qual é o grau de divergência em termos da classificação dos diferentes níveis de desenvolvimento dos 78 municípios presentes no estado.

Objetivo Específico

Analisar o grau de diferenciação dos índices IDH-M e IFDM-G em relação aos diferentes níveis de desenvolvimento humano nos 78 municípios sul-mato-grossenses;

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com a finalidade de analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 2010. Para tanto, serão utilizados os índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Esses índices serão utilizados para categorizar e ordenar os municípios. As análises serão feitas por meio dos softwares SPSS e GEODA⁶.

Pesquisa documental em fontes estatísticas

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados secundários serão coletados junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) e à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2010).

Delimitação do Universo da Pesquisa (Descrição da População)

LOCAL E PARTICIPANTES

O Brasil é formado por cinco Regiões e 5570 municípios divididos entre vinte seis estados e um Distrito Federal. Dessa maneira, levando em consideração essa grande extensão territorial os dados coletados para o presente estudo alcançam a totalidade dos

⁶ O SPSS está disponível no laboratório da UFGD e o GEODA é um *software* livre.

municípios presentes no estado de Mato Grosso do Sul. Esse estado está localizado na Região Centro-Oeste do país e é composto atualmente por 79 municípios, possui uma área territorial de 357.145, 534 Km² e uma população estimada de 2.809.394 pessoas (IBGE, 2020). Segundo dados do IBGE (2017) o estado do Mato Grosso do Sul apresentou um PIB (Produto Interno Bruto) no valor de R\$ 96.372.000, ocupando dessa forma a 15^a posição em relação aos demais estados, com uma participação de 1,5% no PIB do Brasil.

No que tange a características socioeconômicas o estado apresenta na área da saúde um índice de mortalidade infantil de 13,62 por mil nascidos vivos, índice esse que se define como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, e uma esperança de vida ao nascer de 75,80 anos. Em relação a educação no estado destacam-se os indicadores que se referem ao fluxo escolar de crianças e jovens, os dados evidenciam que em 2017 a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 96,56%, e a de crianças de 11 a 13 anos que estavam frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 85,85%. Destacaram-se também a taxa de analfabetismo da população com 25 anos ou mais que em 2017 era de 6,34%, além de que 57,61% dessa mesma população possuía ensino fundamental completo, 44,89% possuíam o ensino médio completo e 14,17% o ensino superior completo (PNUD, 2020).

Em 2010 o estado do Mato Grosso do Sul possuía 78 municípios os quais foram analisados no estudo em questão, atualmente o estado possui 79 municípios. Esse município adicional é Paraíso das Águas/MS (cód. IBGE: 5006275) e ele foi instaurado depois de 2010, dessa forma, os dados dele não estão disponíveis no Censo de 2010.

Procedimento para análise dos dados

Para realizar esse trabalho foram coletados os dados disponíveis para os 78 municípios do estado do Mato Grosso do Sul na FIRJAN (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018) com relação ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM-G) e no Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020) com referência ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020).

A metodologia de classificação utilizada nesta pesquisa quantitativa é similar a utilizada por Renzi (2020), a partir dos dados obtidos pelos índices (IDH-M e IFDM-G)

será realizada a classificação dos 78 municípios sul-mato-grossenses, com base na metodologia de categorização apresentada nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Metodologia para classificação por meio do IDH-M dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul em 2010.

1	IDH-M Muito Alto (MA)	Maior que 2 desvios-padrão acima da média
2	IDH-M Alto (A)	Entre 1 e 2 desvios-padrão acima da média
3	IDH-M Regularmente Alto (RA)	Entre a média e 1 desvio-padrão acima da média
4	IDH-M Regularmente Baixo (RB)	Entre a média e 1 desvio-padrão abaixo da média
5	IDH-M Baixo (B)	Entre 1 e 2 desvio-padrão abaixo da média
6	IDH-M Muito Baixo (MB)	Menor que 2 desvio-padrão abaixo da média

Fonte: Elaborado pela autora com base em Renzi (2020).

Quadro 2. Metodologia para classificação por meio do IDFM-G dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul em 2010.

1	IDFM-G Muito Alto (MA)	Maior que 2 desvios-padrão acima da média
2	IDFM-G Alto (A)	Entre 1 e 2 desvios-padrão acima da média
3	IDFM-G Regularmente Alto (RA)	Entre a média e 1 desvio-padrão acima da média
4	IDFM-G Regularmente Baixo (RA)	Entre a média e 1 desvio-padrão abaixo da média
5	IDFM-G Baixo (B)	Entre 1 e 2 desvio-padrão abaixo da média
6	IDFM-G Muito Baixo (MB)	Menor que 2 desvio-padrão abaixo da média

Fonte: Elaborado pela autora com base em Renzi (2020).

Após a categorização dos municípios conforme metodologia descrita anteriormente, será feita uma comparação entre os dois índices utilizados para verificar o grau de similaridade deles na ordenação e categorização dos municípios analisados. Para realizar tal tarefa serão utilizados os coeficientes de Spearman e o tau de Kendall, por meio do software SPSS⁷.

Segundo Fávero e Belfiore (2017), o coeficiente de Spearman é uma medida de associação entre duas variáveis qualitativas ordinais. Para seu cálculo devemos primeiramente numerar em ordem crescente o conjunto de dados das variáveis X e Y, sendo possível dessa maneira criar postos ou rankings, onde o posto 1 é atribuído ao menor valor da variável, o posto 2 ao segundo menor valor e assim por diante, até o posto n para o maior valor.

O cálculo do coeficiente (r_{sp}) pode ser realizado através da seguinte expressão:

$$r_{sp} = \frac{\sum_{k=1}^n d_k^2}{n \cdot (n^2 - 1)} \quad (1)$$

⁷ O software SPSS está disponível no laboratório de informática da FACE/UFMGD.

onde, n é número de observações (pares de valores) e d_k : diferença entre os postos de ordem.

O coeficiente varia entre -1 e 1. Se $r_{sp} = 1$ todos os valores de d_k são nulos, indicando que todos os postos são iguais para as variáveis X e Y (associação positiva perfeita). O valor $r_{sp} = -1$ é encontrado quando $\sum_{k=1}^n d_k^2 = \frac{n(n^2-1)}{3}$ e indica uma associação negativa perfeita. Quando $r_{sp} = 0$, não há associação entre as variáveis X e Y.

Na presente pesquisa a variável X será representada pelo IDH-M, dessa maneira os municípios serão numerados conforme descrito anteriormente, onde o município que apresentar o menor valor do índice irá assumir o posto 1, o segundo com menor índice o posto 2 e assim por diante, já a variável Y será representada pelo IFDM-G e será numerada da mesma maneira, para que assim seja realizado o cálculo do coeficiente de Spearman.

O tau de Kendall é um coeficiente que baseia sua estatística no número de inversões nas classificações, ele é capaz de nos mostrar qual a probabilidade de duas regiões serem classificadas na mesma ordem ou na ordem inversa. Para seu cálculo é necessário numerar em ordem crescente o conjunto de dados das variáveis X e Y, similar ao que foi feito no cálculo do coeficiente de Spearman atribuindo o menor valor ao posto 1 e assim por diante, depois devemos identificar a quantidade de inversões, chamadas de discordantes (HOWELL, 2007).

O primeiro passo para realização do cálculo é identificar a quantidade de pares de classificações através da expressão:

$$N = \frac{n(n-1)}{2} \quad (2)$$

onde, n é o número de observações.

O coeficiente de Kendall é definido através da expressão:

$$\tau = 1 - \frac{2S}{N} \quad (3)$$

em que S é o número de inversões e N representa o número de pares de classificação (FÁVERO; BELFIORE, 2017; SARSTEDT; MOOI, 2019).

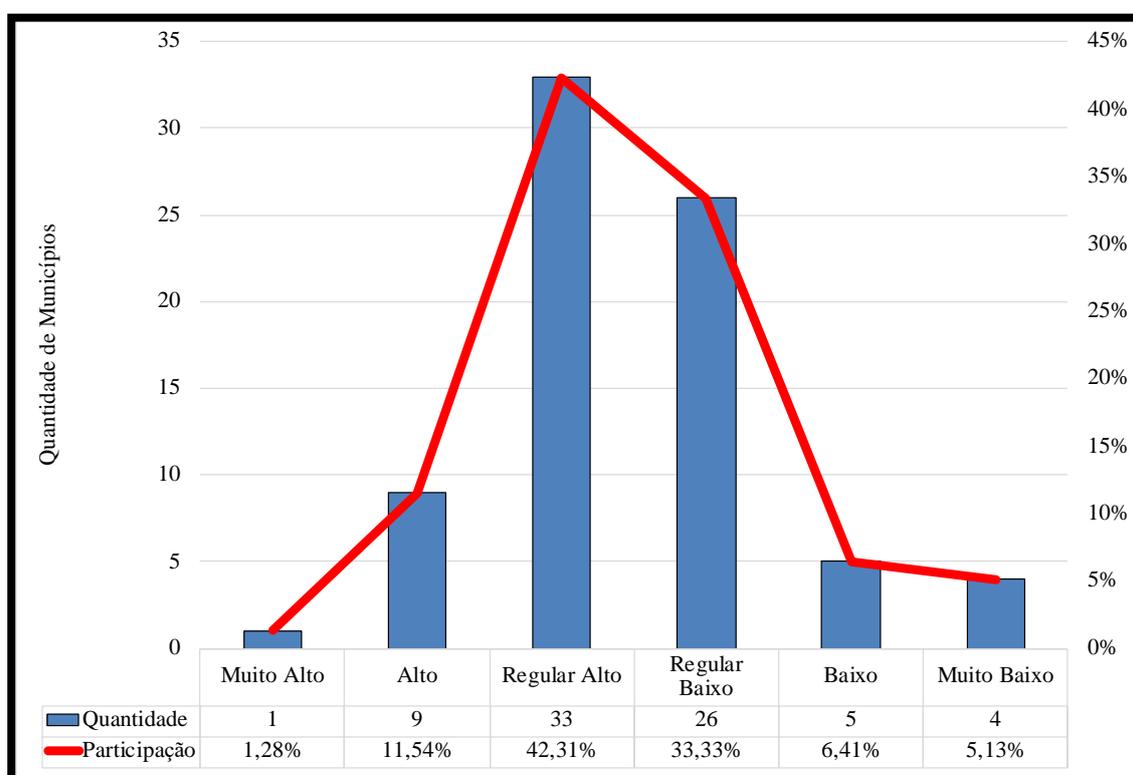
Após obtidos os resultados estatísticos, a configuração espacial será apresentada por meio do software GEODA com a finalidade de visualizar as diferentes classificações dos municípios sul-mato-grossenses, segundo o nível de desenvolvimento

socioeconômico, e para amparar a discussão em relação à diferenciação dos dois índices (IDH-M e IFDM-G) em aferir as dimensões do desenvolvimento socioeconômicos analisadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da metodologia apresentada na seção anterior, pode se observar nos **Quadros 1** (IDH-M) e **2** (IFDM-G) como estão distribuídos os municípios do estado do Mato Grosso do Sul segundo as categorias do desenvolvimento econômico constituídas por meio dos índices tradicionais.

Gráfico 1 – Distribuição das categorias do IDH-M

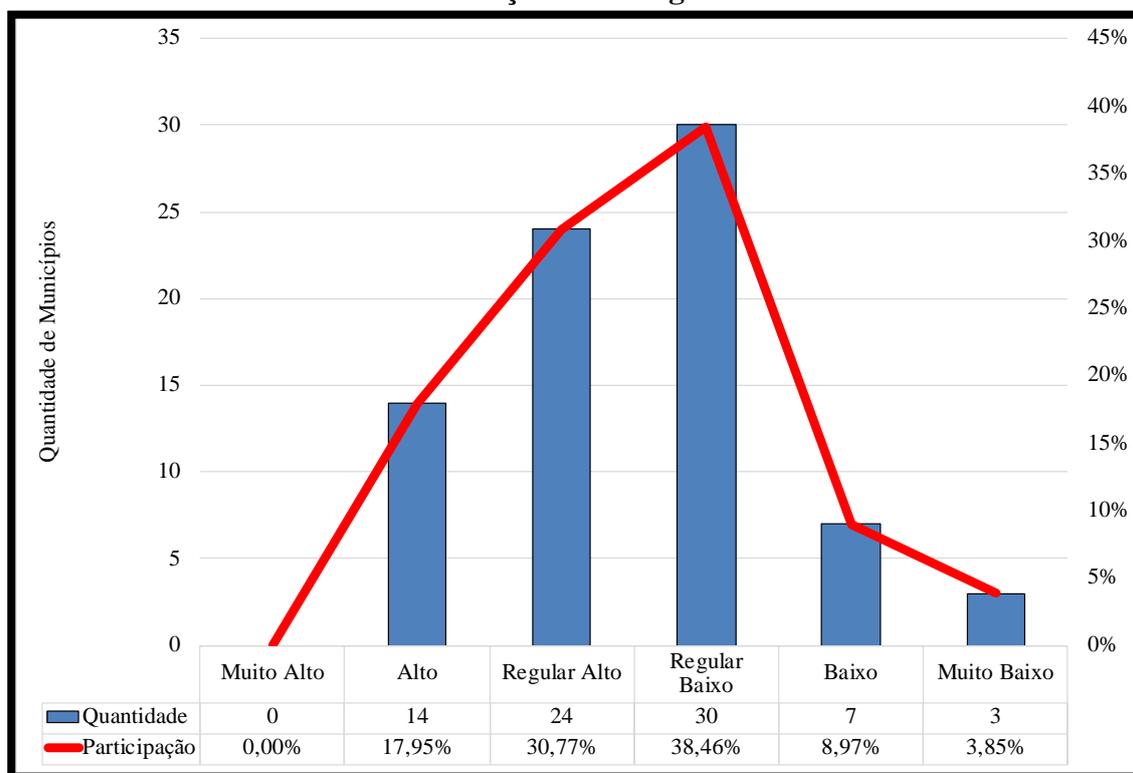


Fonte: Elaborado pela própria autora com dados do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020).

No gráfico 1 pode-se observar que existem 9 municípios classificados com alto nível e um com muito alto nível de desenvolvimento econômico, são eles: Campo Grande (1,00); Chapadão do Sul (0,89); Dourados (0,86); Três Lagoas (0,85); Maracaju (0,81); São Gabriel do Oeste (0,79); Cassilândia (0,78); Glória de Dourados (0,76); Paranaíba (0,75) e Nova Andradina (0,75). Com relação ao outro extremo do gráfico, foram classificados 5 municípios com baixo e 4 com muito baixo nível de desenvolvimento econômico, são eles: 70º Aral Moreira (0,41); 71º Miranda (0,41); 72º Juti (0,38); 73º

Itaquiraí (0,36); 74° Sete Quedas (0,34); 75° Tacuru (0,26); 76° Coronel Sapucaia (0,24); 77° Paranhos (0,24); 78° Japorã (0,00).

Gráfico 2 – Distribuição das categorias do IFDM-G



Fonte: Elaborado pela própria autora com dados da FIRJAN (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Com relação ao gráfico 2, observa-se uma classificação divergente em termos de ordem e de nível de desenvolvimento econômico comparação com o gráfico 1, neste segundo gráfico foram identificados 14 municípios com alto nível desenvolvimento econômico, são eles: 1° Campo Grande (1,00); 2° Três Lagoas (0,998); 3° São Gabriel do Oeste (0,93); 4° Cassilândia (0,923); 5° Rio Brillhante (0,90); 6° Aparecida do Taboado (0,89); 7° Dourados (0,89); 8° Chapadão do Sul (0,885); 9° Costa Rica (0,875); 10° Paranaíba (0,874); 11° Maracaju (0,86); 12° Alcinoópolis (0,83); 13° Nova Alvorada do Sul (0,82) e 14° Naviraí (0,81). E com referência ao outro extremo, foram categorizados 7 municípios com nível baixo, 69° Aral Moreira (0,38); 70° Figueirão (0,371); 71° Novo Horizonte do Sul (0,37); 72° Coronel Sapucaia (0,299); 73° Eldorado (0,297); 74° Sete Quedas (0,28); 75° Miranda (0,282) e, por último, 3 municípios com muito baixo nível de desenvolvimento econômico, os quais são: 76° Japorã (0,11) e 77° Tacuru (0,014) e 78° Paranhos (0,0).

A divergência encontrada entre os gráficos em relação a quantidade e classificação dos municípios em cada uma das categorias ocorre em razão das diferentes variáveis componentes e o método utilizado para estimar os índices IDH-M e IDFM-G. O índice educação é calculado no IFDM através de uma soma ponderada pelos seguintes indicadores: i) atendimento à educação infantil (número de crianças de até 5 anos matriculadas em creches e pré-escolas); ii) abandono no ensino fundamental; iii) distorção idade séries (alunos cursando uma série com idade superior à prevista); iv) porcentagem de docentes com ensino superior; v) média de hora aula no ensino fundamental e vi) nota do IDEB no ensino fundamental. Diferentemente, no IDH-M, a componente dele referente à dimensão educação é obtido através de uma média geométrica obtida por meio da raiz cubica da multiplicação dos subíndices escolaridade da população adulta (peso 1) e fluxo escolar da população jovem (peso 2). O primeiro subíndice é composto pela porcentagem da população adulta com ensino fundamental completo. E o segundo é composto pela média aritmética dos seguintes percentuais: a) crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; b) jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; c) jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e; d) jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (ver tabela 1 e 2).

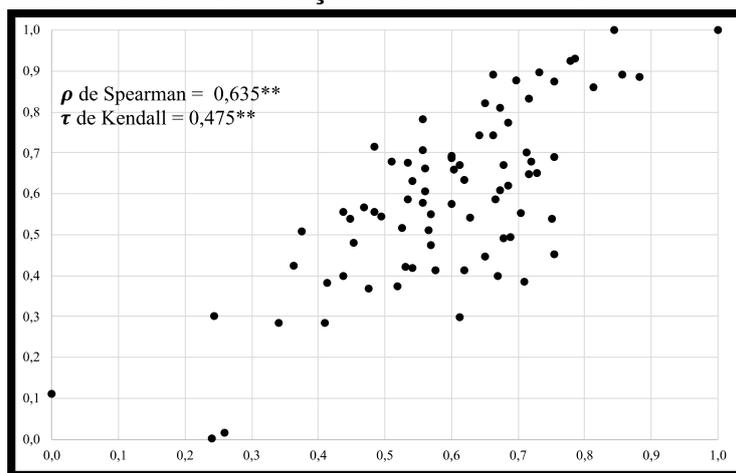
A dimensão saúde presente no IFDM-G é medida através da soma ponderada das seguintes variáveis: i) proporção de atendimento adequado de pré-natal (percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal); ii) óbitos por causas mal definidas, a qual reflete a disponibilidade de assistência médica prestada e as características de preenchimento da declaração de óbito); iii) óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis. Essa variável mede o impacto dos serviços de saúde evidenciando a qualidade do serviço prestado) e; iv) internações sensíveis a atenção básica. Esse indicador avalia as condições em que se poderia ter evitado a internação hospitalar. Todas essas variáveis possuem peso de 25% na composição do indicador de saúde no IFDM-G. De forma divergente, no IDH-M, a dimensão saúde é aferida através do indicador de longevidade, ou seja, a expectativa de vida ao nascer no município, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Essa variável apresenta o número médio de anos que um indivíduo nascido no município em questão pode viver a partir do nascimento, considerando os mesmos padrões de mortalidade (PNUD, 2013).

Quando se trata da dimensão econômica, o IDH-M utiliza a renda mensal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos de um determinado município é

obtida através da soma da renda de todos os residentes e dividida pela quantidade total de habitantes do município. Em contraste, na dimensão econômica o IFDM-G avalia variáveis relacionadas à renda e ao emprego dos municípios. Dessa forma, esse componente do IFDM-G avalia características do mercado de trabalho do município relacionadas à geração e distribuição da renda na localidade, características essas não presentes no IDH-M e, portanto, tornando-o um índice com menor poder de aferir o nível de desenvolvimento econômico de um município.

Levando em consideração as diferenças existentes entre os dois índices no que diz respeito ao método de cálculo e aos componentes presentes em cada um dos índices, pode-se observar que o IFDM é composto por um maior número de variáveis em comparação ao IDH-M, dessa maneira, provavelmente, o IFDM mede o grau de desenvolvimento econômico local com maior grau de acuidade em razão de sua maior abrangência metodológica.

Gráfico 3 – Correlação entre o IFDM-G e IDH-M



** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

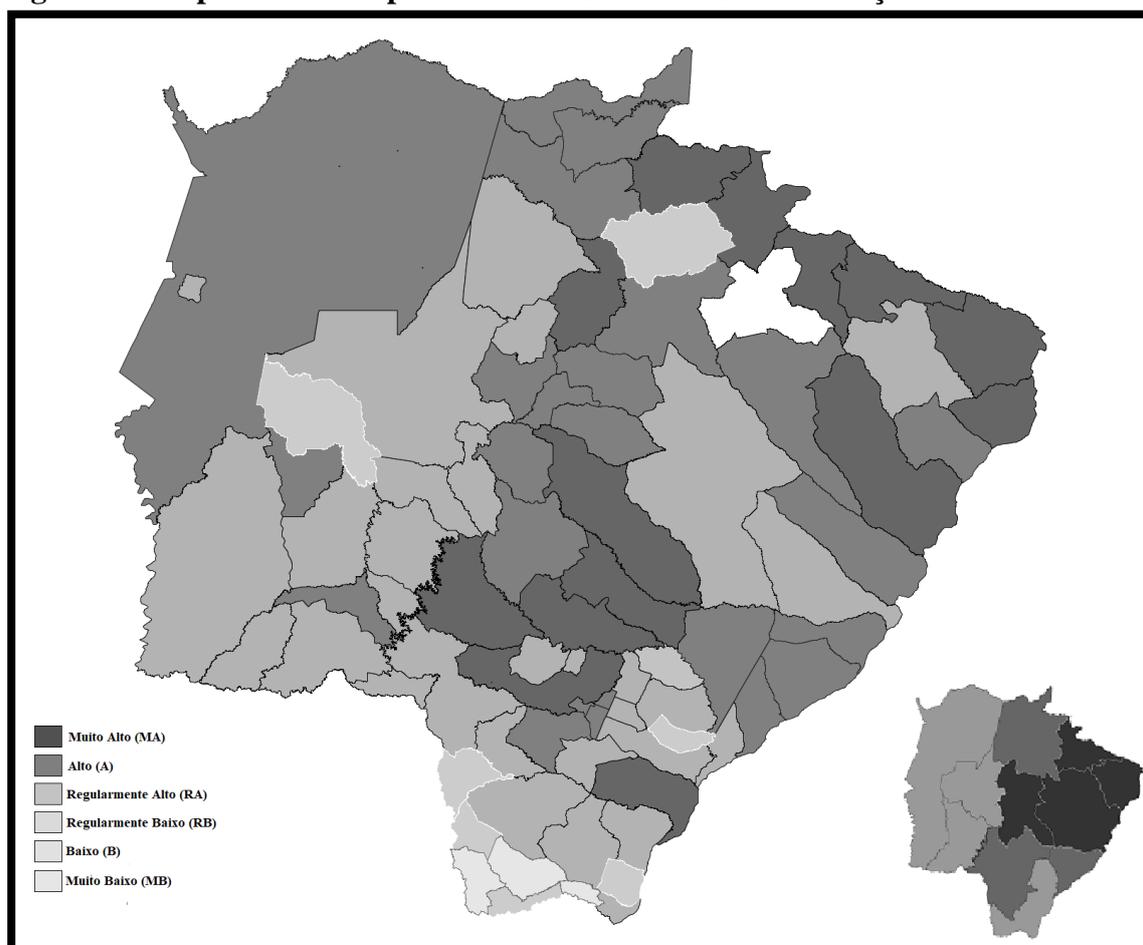
Fonte: Elaborado pela própria autora com dados da FIRJAN (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018) e do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020).

A partir do gráfico 3, corroborando os resultados obtidos por Renzi (2020), pode-se observar que existe uma correlação positiva entre os índices IFDM-G e IDH-M, no entanto, essa classificação divergem em termos da ordem de classificação dos municípios sul-mato-grossenses. Os valores dos coeficientes de correlação r de Spearman (0,635**) e t de Kendall (0,475**) comprovam que há divergência na classificação dos municípios segundo o nível de desenvolvimento humano e, portanto, a escolha de um ou outro índice produzirá diferentes estratégias para interferir no processo de desenvolvimento das regiões. Dessa forma, apesar desses dois índices abrangerem as mesmas dimensões do

desenvolvimento humano [econômica e social (saúde e educação)], as metodologias utilizadas por eles geram resultados distintos na classificação das áreas geográficas em análise, nesse caso, nos municípios do estado do Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, outro argumento que contribui para alicerçar os resultados obtidos decorre do desvio padrão. Esse instrumento estatístico é responsável por medir a variabilidade de uma amostra, ou seja, quanto os valores estão próximos ou distantes da própria média. Ao se observar o resultado obtido para o IFDM-G (0,2075) e para o IDH-M (0,1585), o desvio-padrão do IFDM-G é superior ao IDH-M. Dessa maneira pode-se afirmar que há uma maior variabilidade entre os valores, eles são mais heterogêneos e isso sugere que o IFDM-G consegue captar de uma forma mais ampla e sensível os diferentes níveis de desenvolvimento humano, captando melhor as diferenças entre os municípios e as possíveis desigualdades entre eles (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

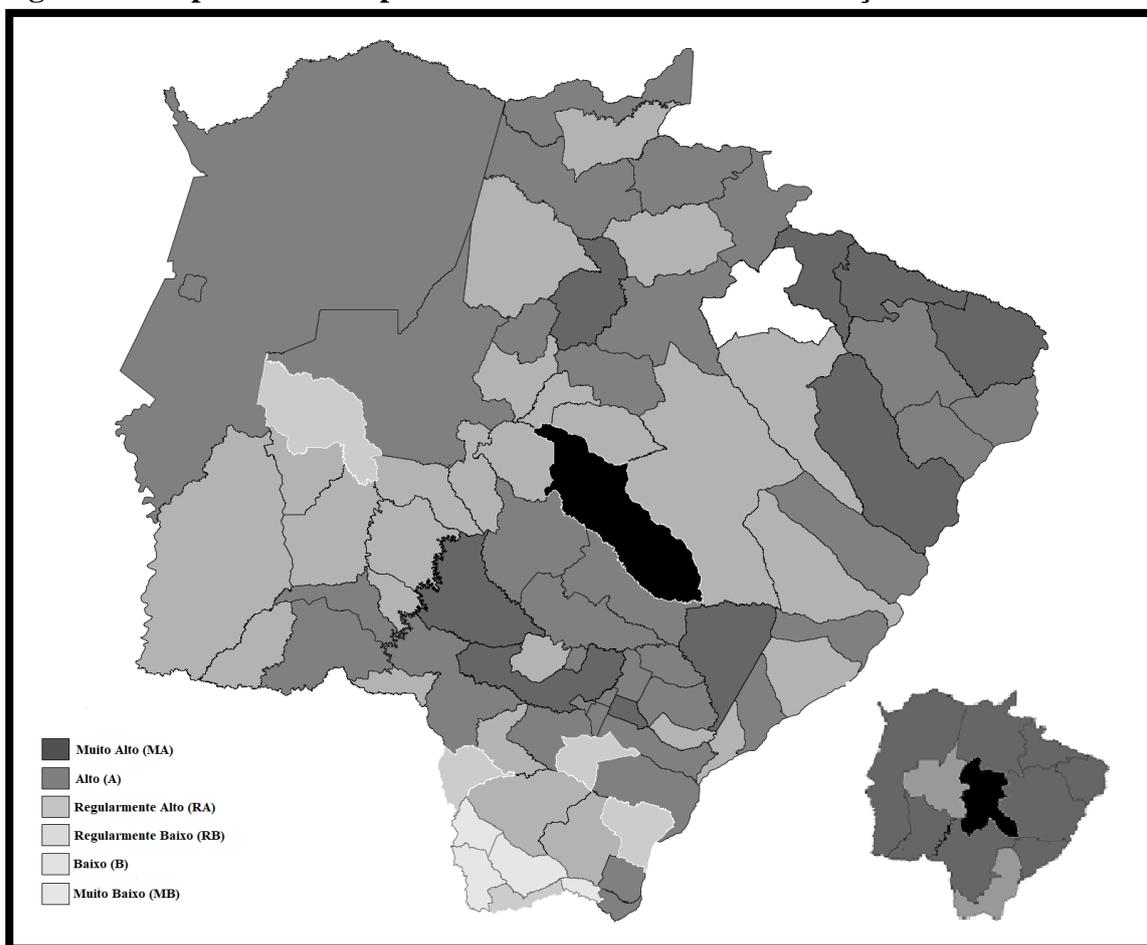
Figura 2 – Mapa dos municípios do Mato Grosso do Sul em relação ao IFDM - 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FIRJAN (2010).

A figura 2 apresenta a distribuição dos municípios do Mato Grosso do Sul no que diz respeito ao IFDM, nela é possível observar que a área mais desenvolvida em termos do índice se localiza na região oeste do estado, nos municípios de Campo Grande; Três Lagoas; São Gabriel do Oeste; Cassilândia; Rio Brillhante; Aparecida do Taboado; Dourados; Chapadão do Sul; Costa Rica; Paranaíba; Maracaju; Alcínópolis; Nova Alvorada do Sul e Naviraí, esses municípios formam o extremo de maiores índices do estados. Segundo Renzi, Ferrera de Lima e Piacenti (2020), o resultado dos municípios em questão foi puxado, principalmente, pelas dimensões saúde e educação.

Figura 3 – Mapa dos municípios do Mato Grosso do Sul em relação ao IDH-M - 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNUD (2013)

A figura 3 apresenta a distribuição dos municípios do Mato Grosso do Sul no que diz respeito ao IDH-M, nela é possível observar que a área mais desenvolvida em termos do índice se localiza nos municípios de Campo Grande; Chapadão do Sul; Dourados; Três Lagoas; Maracaju; São Gabriel do Oeste; Cassilândia; Glória de Dourados; Paranaíba e Nova Andradina, esses municípios formam o extremo de maiores índices do estado.

Ao se comparar as microrregiões nas figuras 2 e 3 verifica-se pela figura 2 que o IFDM-G apresentou uma visualização mais precisa e heterogênea das regiões em termos do nível de desenvolvimento humano. Isso porque as regiões localizadas na parte leste apresentaram níveis de desenvolvimento humano superiores as regiões centro-oeste-norte. Diferentemente da figura 3 em que há uma homogeneidade no nível de desenvolvimento humano das microrregiões do estado, isso por que uma apresentou nível de desenvolvimento humano mais elevados na região central (Campo Grande) e outras duas, uma no centro (Aquidauana) e outra localizada ao sul (Iguatemi) apresentaram níveis de desenvolvimento humano regularmente baixo.

Em síntese, os coeficientes estimados de Spearman e tau de Kendall em conjunto com as figuras 2 e 3 permitem comprovar a discrepância gerada ao se medir o nível de desenvolvimento humano dos 78 municípios sul-mato-grossenses.

Dessa forma, os resultados apresentados permitem argumentar que a escolha de um dos índices (IDH-M ou IFDM-G) produzirá diferentes classificações em relação ao nível de desenvolvimento regional. E, portanto, apontam para o fato de que a escolha de um dos índices influenciará a elaboração das políticas públicas e privadas pelos gestores. Por fim, os resultados apontaram o IFDM-G como o índice que apresentou maior aderência para inferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios analisados.

Conclusão

O trabalho atingiu o objetivo pretendido de analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos 78 municípios sul-mato-grossenses. A principal contribuição desse trabalho decorre dos resultados apresentados e eles apontam para uma divergência significativa na ordem de classificação dos municípios. Essa divergência demonstra que a escolha de um ou outro índice, como referência para a elaboração de políticas públicas, pode apresentar resultados diferentes.

Desse modo, a partir do resultado exposto, observou-se que o IFDM-G é um índice de desenvolvimento mais adequado para ser empregado como referência para medir o nível de desenvolvimento socioeconômico das áreas geográficas, isso porque a metodologia de tal índice possui uma maior capacidade de captar os aspectos presentes nas dimensões econômica e social decorrente das variáveis utilizadas. Essa característica confere a tal índice uma maior heterogeneidade em comparação ao IDH-M e, portanto, uma maior potencialidade de diferenciar os municípios.

Após realizadas as análises com base nos dados do IFDM-G e IDH-M dos municípios sul-mato-grossenses, os resultados obtidos neste trabalho corroboram os resultados de que os índices produzem diferentes inferências para o nível de desenvolvimento econômico local e, portanto, podem conduzir a elaboração de políticas públicas e privadas de modo divergente.

Por fim, uma proposta de pesquisa futura será analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Centro Oeste por meio da comparação entre esses mesmos dois índices (IDH-M e IFDM-G), a partir desse primeiro resultado aqui obtido, pretende-se observar se a diferenciação obtida aqui se confirma e, em caso positivo, se tal diferenciação se amplia ou se reduz em termos dos coeficientes de correlação não paramétricas empregadas, ou seja, o r de Spearman e o t de Kendall.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda; SOUZA, Edson Belo Clemente. O que os indicadores socioeconômicos IDH-M e IPC nos revelam em distintas realidades urbanas: São Paulo (SP) e Fortaleza (CE). **Terra Plural**, v.14, p. 1-13, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/15238/209209213805>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**, p. 1-31, Campinas, 2008. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L14/1%20LEP14_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

ARRAES, Ronaldo A.; DINIZ, Marcelo B.; DINIZ, Márcia J. T. Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. **RER**, vol. 44, n. 3, p. 525-547, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a08v44n3.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ÁVILA, Ednilson Sebastião de. **Evidências sobre a curva ambiental de Kuznets e convergência das emissões**. 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Economia aplicada) – Universidade de São Paulo – USP, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-08122011-102440/publico/EdnilsonSAvila_Corrigida.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

ÁVILA, Ednilson Sebastião de; DINIZ, Eliezer Martins. Evidências sobre a curva ambiental de Kuznets e convergência das emissões. **Estudos Econômicos**, n. 1, v. 45, p. 97-126, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ee/v45n1/0101-4161-ee-45-01-0097.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. **IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2006. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: Pobreza e Desigualdade no Brasil. **IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

BLOOM, David; CANNING, David. Health as human capital and its impact on economic performance. **The Geneva Papers on Risk and Insurance. Issues and Practice**, v. 28, n. 2, p. 304-315, 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.694.3239&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 10 nov. 2021.

BOHN, Liana; ERVILHA, Gabriel Teixeira; DALBERTO, Cassiano Ricardo. IDH-M e eficiência: o desenvolvimento municipal sob um novo prisma. **ANPEC**, p. 1-12, 2016.

Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-7b26220323e6f3f4182a4409b1c768cc.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, p. 33-60, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para discussão 157**, 2006a. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6485398.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006b. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BROCCO, Camila; GRANDO, Tadeu; MARTINS, Vanessa de Quadros. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIADOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 1, p. 139-159, Natal, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/12040/9103>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**, n. 32, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4dfe/4844613ecdf087c138579eef24fc20396a2a.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CAMPOS, Thais Lira; SANTOS, Vladimir Faria dos. Distribuição de renda no Brasil: Uma análise de decomposição. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.21, n.2, p. 328-343, 2019. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/11673/11843>. Acesso em: 3 ago. 2020.

CARVALHO, Terciane Sabadini; ALMEIDA, Eduardo. A Hipótese da Curva de Kuznets Ambiental Global: **Uma Perspectiva Econométrico-Espacial**. **Est. econ., São Paulo**, v. 40, n. 3, p. 587-615, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ee/v40n3/v40n3a04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CUNHA, Flavio; HECKMAN, James J.; SCHENNACH, Susanne M. Estimating the technology of cognitive and noncognitive skill formation. **Econometrica**, v. 78, n. 3, p. 883-931, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.3982/ECTA6551/epdf>. Acesso em 21 set. 2021.

DAVIDSON, Paul. Resgatando a Revolução Keynesiana. **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o keynesianismo**. São Paulo: Editora Manole, 2003.

DE PAULA, Luiz Fernando. Repensando o Desenvolvimentismo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 47-58, jul.-set. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n3.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- DILÁSCIO, Thiago da Silva. **COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO BRASIL DURANTE A CRISE DOS ÚLTIMOS ANOS E A GESTÃO PÚBLICA** – Universidade Federal de São João Del Rey, 2018. Disponível em: <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/117/Thiago%20da%20Silva%20Di%20C3%A1scio%20COMPORTAMENTO%20DOS%20PRINCIPAIS%20INDICADORES%20SOCIOECON%20C3%94MICOS%20DO%20BRASIL%20DURANTE%20A%20CRISE%20DOS%20C3%94ULTIMOS%20ANOS%20E%20A%20GEST%20C3%83O%20P%20C3%94ABLICA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- ERVILHA, Gabriel Teixeira; ALVES, Frederick Fagundes; GOMES, Adriano Provezano. Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. Salvador-BA. **Encontro de Economia Baiana**, v. 9, p. 106-124, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/download/34589372/DESENVOLVIMENTO_MUNICIPAL_E_EFICIENCIA_DOS_GASTOS_PUBLICOS_NA_BAHIA_-_UMA_ANALISE_DO_IFDM_A_PARTIR_DA_METODOLOGIA_DEA.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.
- FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda. **Uma nova relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, p. 269-292, 2004. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/desenvolvimento_economicoeconomico_e_distribuicao_de_renda.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.
- FONSECA, Renato. Produtividade e crescimento da indústria brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 26, p. 42-51, 2012. Disponível em: https://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/112_RF.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.
- FREITAS, Clailton Ataiades; BACHA, Carlos José Caetano; FOSSATTI, Daniele Maria. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 111-124, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a06v16n1>. Acesso em: 22 set. 2019.
- GODOY, S. G. M. **O Protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento**: uma avaliação da utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. 2010. 211 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo – USP, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-21112011-233304/publico/tese_kyoto_sara.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados** 15 (41), 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100007. Acesso em: 17 jul. 2020.

HOWELL, David C. **Statistical Methods for Psychology**. Wadsworth, Engagé Learning, 2007.

HOWITT, Peter. Health, human capital and economic growth: A Schumpeterian perspective. **Health and economic growth: Findings and policy implications**, p. 19-40, 2005. Disponível em:

https://www.brown.edu/Departments/Economics/Faculty/Peter_Howitt/publication/PAHO.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área da unidade territorial: Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE-Cidades**, 2022.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais**, 2017. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101679_informativo.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

IFDM – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Anexo Metodológico IFDM**, 2018. Disponível em:

<https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Methodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

IPEA–Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados do IPEA**, n. 155, 2012. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado_oipea155_v5.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

IPECE. Instituto de pesquisa e estratégica econômica do Ceará. **Entendendo o Índice de Gini**. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf. Acesso em: 2 ago. 2020.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v.17, n. 1, p. 53-84, Campinas, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Distribuição de Renda como Política de Desenvolvimento. **BNDDES**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11974/1/Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento_P.pdf.

Aceso em: 16 jul. 2020.

MENEZES, Daiane Boelhouwer; POSSAMAI, Ana Júlia. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDH-M-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas. **Indicadores Econômicos – FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 73-84, 2016. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/3580/3661>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442/1970>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MONTEIRO, Isabella Pearce de Carvalho. Desenvolvimento Sustentável: a evolução teórica, o abismo com a prática e o princípio de responsabilidade. **Revista do CEDS**, v. 1, n.2, p. 1-33, 2015. Disponível em: http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/revceds_n_2_desenvolvimento_sustentavel_a_evolucao_teorica_o_abismo_com_a_pratica_e_o_principio_de_responsabilidade_isabella_pearce_monteiro.pdf. Acesso em: 8 jun. 2020.

NETO, João Hallak. **A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84266.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/download/477/372>. Acesso em: 2 jun. 2020.

PANAYOTOU, Theodore. Demystifying the environmental Kuznets curve: turning a black box into a policy tool. **Environment and Development Economics** 2, p. 465–484, 1997. Acesso em: 15 jul. 2020.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**, 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153. Acesso em: 10 set. 2020.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no brasil**, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/50#sec-educacao>. Acesso em: 19 out. 2020.

RENZI, Adriano. **A ruralidade e o desenvolvimento econômico local: o caso dos municípios brasileiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Adriano-Renzi-2/publication/342052252_A_RURALIDADE_E_O_DESENVOLVIMENTO_ECONOMICO_LOCAL_O_CASO_DOS_MUNICIPIOS_BRASILEIROS/links/6193c3a7d7d1af224bf83162/A-RURALIDADE-E-O-DESENVOLVIMENTO-ECONOMICO-LOCAL-O-CASO-DOS-MUNICIPIOS-BRASILEIROS.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

RENZI, Adriano; FERRERA DE LIMA, Jandir; PIACENTI, Carlos Alberto. Apontamentos sobre o Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, p. 349-368, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/s86d4pmBmSpmc6wXb4Y3Kqg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2022.

RENZI, Adriano; HENZ, Aline Patrícia; RIPPEL, Ricardo. Desenvolvimento econômico: do crescimento à prosperidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5185/843>. Acesso em: 08 dez. 2019.

REZENDE, Maria José de. As metas educacionais como eixos articuladores dos relatórios do desenvolvimento humano da ONU. **Educação em Revista**, v. 28, n. 04, p. 289-316, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n4/12.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

ROCHA, Sonia. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, n. 2, v. 12, p. 205-224, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=559&tp=a>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados** 26 (74), p. 65-92, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a06v26n74.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf. Acesso em: 29 mai. 2020.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, p. 52-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/51298/34446>. Acesso em: 15 abr. 2022.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n.77, p. 313-331, 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0313.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso; NEVES, Tomás Loïck Tadeu Tavares Ferreira. O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DO PNUD: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DO IDEAL. **Revista Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 96-112, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2019/2137-1554727619.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; GIAMBIAGI, Fabio; PESSÔA, Samuel. **Desenvolvimento econômico uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VIANA, Giomar; FERRERA DE LIMA, Jandir. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, v. 11, n. 2 p. 137-148, Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMyVNHK/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ZYLBERBERG, Rafael Simas. **Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade**: uma análise inter-regional para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo- USP, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-14012009-155225/publico/Zylberberg_Dis_2008.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.